

## OS ÚLTIMOS DIAS DA MONARQUIA EM PORTUGAL

por Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo Graça\*

### Da ditadura de João Franco ao regicídio (1906-1908)

Em Maio de 1906 estava aberta mais uma crise do modelo rotativista, com a divisão nos dois grandes partidos monárquicos. A 21 de Março, caíra o governo regenerador de José Luciano de Castro e, a 19 de Maio, o governo progressista de Hintze Ribeiro. Este segundo, que ficou conhecido como o «Ministério dos Cinquenta e Oito Dias», chegou a pedir ao Rei a suspensão das Cortes, justificando-a com a obstrução parlamentar feita ao exercício governativo, a que D. Carlos respondeu:

«(...) Não me parece conveniente o adiamento das Côrtes, que além de trazer muitos inconvenientes, promoveria uma imediata sublevação do espírito público; não digo já os republicanos, essa era a lógica, mas de muitos monarchicos, que não te acompanham n'esta ocasião (...). Fazendo-o o governo, depois só se poderia conservar pela violência e pelo terror, e mal está para aqueles que só desta maneira se podem sustentar»<sup>1</sup>.

---

\* Licenciado em História, Variante de Arte, pela FLUP.

<sup>1</sup> FRANCO, João — *Cartas d'El-Rei D. Carlos a João Franco Castello Branco Seu Último Presidente do Conselho*, Livraria Aillaud e Bertrand, Porto, 1924, p. 242.

A 19 de Maio de 1906, El-Rei D. Carlos confiou o governo a João Franco, líder do Partido Regenerador-Liberal que, a 2 de Abril criara, com o Partido Progressista, a Concentração Liberal. O governo prometeu e cumpriu, desde logo, uma série de medidas:

- amnistiou os condenados pelo uso excessivo de liberdade de imprensa;
- instalou uma rigorosa administração financeira, através de cortes orçamentais;
- suspendeu os Adiantamentos à Casa Real;
- revogou a lei de 13 de Fevereiro de 1896, do próprio João Franco, que previa a deportação para as colónias de quem perturbasse a ordem pública.

Por fim, o governo declarou ser sua intenção governar «à maneira inglesa», com «main douce, mais ferme»<sup>2</sup>.

No discurso da Coroa, proferido a 29 de Setembro de 1906, foi enumerado todo o programa governamental, que foi sendo cumprido ao longo de 1907. Pela primeira vez, o Rei aparecia em Cortes com um plano global e concreto, onde se previa:

- a regularização e eficiência da administração pública;
- a efectivação da responsabilidade dos ministros nos actos do governo;
- a reforma eleitoral (abrindo o voto à classe trabalhadora e entregando ao poder judicial o controlo dos actos eleitorais);
- a instituição do princípio da instrução contraditória em direito judicial-criminal;
- a supressão da garantia administrativa;
- a concessão do direito de livre-associação;
- as reformas educativas;
- a criação de uma caixa de aposentadoria para as classes trabalhadoras;
- as referências «à alta questão social e utilidade pública, no seu mais largo sentido».

O discurso de D. Carlos revestiu-se de uma extrema modernidade, numa linguagem actualizada, tentando a europeização da classe média e

---

<sup>2</sup> SARAIVA, José Hermano — *História de Portugal*, Alfa, Lisboa, 1986, p. 106.

a estabilidade social, ambas geradoras do crescimento de programas de fomento real do país<sup>3</sup>.

A 19 de Agosto realizaram-se eleições para o Parlamento; os republicanos conseguiram eleger quatro deputados: Afonso Costa, António José de Almeida, Alexandre Braga e José de Meneses, os quais iriam protagonizar a sessão quente de 20 de Novembro de 1906.

Depois do 31 de Janeiro, os republicanos recolheram-se, numa acalmia que lhes permitiu um reagrupamento, uma reorganização. Em 1902, o Congresso do Partido Republicano Português (5 e 6 de Janeiro) declarou que as repressões monárquicas e as dissidências partidárias haviam quebrado as acções ao movimento republicano, e cancelaram uma nova campanha propagandística, recorrendo a escandalosos métodos de acusação.

A morte de Rafael Bordalo Pinheiro, a 24 de Janeiro de 1903, principiou uma série de acontecimentos que os republicanos puderam e souberam aproveitar. Em Outubro de 1905, o presidente francês, Emile Loubet, visitou Portugal, o que deu alento ao movimento, que anos antes declarara, num galicismo ideológico, «A França exerceu sempre a hegemonia da civilização ocidental»<sup>4</sup>.

A 4 de Novembro de 1906, o P. R. P. conquistou a Câmara Municipal do Porto em eleições autárquicas, revitalizando uma causa, que vinha apoiando movimentos grevistas no Porto e em Coimbra e cuja acção se concertava com os jornais *O Mundo* (dirigido por França Borges) e *A Luta* (dirigido por Brito Camacho) e com os deputados de grande capacidade oratória, Afonso Costa e António José de Almeida. A direcção partidária caíra nas mãos de Bernardino Machado, que incrementava uma política externa assente na aliança luso-inglesa.

Os republicanos patrocinaram conferências e polémicas e apoiaram as agitações panfletárias e jornalísticas de João Chagas e as propagandas anti-liberais de Miguel Bombarda. Sem escrúpulos, promoveram as campanhas de desprestígio da figura do Rei D. Carlos, injustamente dado como um político partidário.

O P.R.P. estava, em 1906-1907, dividido em duas alas:

- uma mais moderada, apoiante de uma mudança pacífica e eleitoral;
- outra mais radical, apoiante de uma revolução que transformasse o regime e que derrubasse o poder real. Era esta a tendência

---

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>4</sup> PABÓN, Jesus — *La Revolución Portuguesa (de Don Carlos a Sidónio Paes)*, Espasa-Calpe S. A., Madrid, 1941, p. 24.

dominante, cativando a pequena burguesia urbana, a classe operária (que alguns monárquicos julgavam chamar a si), com fortes esteios na grande burguesia e até na nobreza.

A 20 de Novembro de 1906, os deputados republicanos interromperam a sessão parlamentar. José Luciano de Castro e o Conde de Paçô Vieira haviam discursado sobre a questão dos tabacos, seguindo-se Afonso Costa. Este, aproveitando esta questão e a dos Adiantamentos à Casa Real, começou uma escandalosa campanha, afirmando: «Por muito menos do que fez o Sr. D. Carlos café a cabeça de Luís XVI no patíbulo!». A sala levantou-se e o presidente da Câmara expulsou o deputado, com a ajuda da guarda. Seguindo a voz revoltosa, António José de Almeida gritou: «Soldados! com a minha voz e as vossas baionetas vamos proclamar a República e fazer uma Pátria nova!...». Foi a vez de Alexandre Braga intervir, tendo sido, juntamente com Almeida, expulso das Cortes. Estes actos ficaram quase impunes, tendo os deputados sido suspensos por vinte dias<sup>5</sup>.

Os jornais republicanos divulgaram este episódio, aumentando os factos e gerando um movimento popular. No Porto, as agitações foram violentamente reprimidas por intervenções policiais, numa tentativa de reposição da ordem e da estabilidade social.

João Franco, cujo governo vinha sendo atacado pelos jornais republicanos e progressistas-dissidentes, publicou uma nova lei de imprensa, mais dura, que ficou conhecida como «a lei contra a imprensa» (11 de Abril de 1907). A 12 de Abril, o Rei dissolveu as Cortes, a pedido de Franco, começando verdadeiramente a ditadura governamental.

Ainda a 9 de Abril, D. Carlos escrevia ao seu último presidente do Conselho:

«(...) eu entendo que este governo não pode cair e que eu farei tudo o necessário para o conservar (...)»<sup>6</sup>.

Os republicanos desenvolveram uma acção anti-franquista, apoiados pelos dois partidos monárquicos; alguns dos ministros abandonaram as suas pastas. Bernardino Machado escrevia, então: «Não só se governava contra os republicanos, como contra os monárquicos»<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> PABÓN, Jesus, *op. cit.*, p. 67.

<sup>6</sup> FRANCO, João, *op. cit.*, pp. 83-84.

<sup>7</sup> PABÓN, Jesus, *op. cit.*, p. 70.

A 9 de Maio de 1907, o Rei D. Carlos enviou uma nova carta ao ministro João Franco, onde, entre outras coisas, dizia:

«Mas a minha carta ao Hintze não condemna em absoluto as ditaduras, Dizia que n'aquelle momento as não achava convenientes, o que não queria dizer que n'outros, e este é um d'elles, eu não as acceito e, o que é mais, até os acho convenientes e necessarias (...)»<sup>8</sup>.

A 10 de Maio inaugurava-se a ditadura de João Franco. Estava aberto o caminho para a Desordem...

Novas campanhas foram realizadas contra o agora ditador. No jornal *Ó da Guarda*, o antigo «Messias» liberal aparecia encarnando o «Mexias»:

«Xou Liberal,  
Xou Liberal,  
E Xou Casmurro.  
Xou Liberal,  
Xou Liberal,  
Como Um Burro»<sup>9</sup>

Entretanto, as crianças iam cantando estrofes, ouvidas aos pais:

«Pedir aos Céus  
Pedir a Deus  
E à Virgem Pura  
Que acabe de-prensa  
Que acabe de-prensa  
Com a ditadura»<sup>10</sup>

Ainda em Maio, os trabalhadores das indústrias entraram em greve, sobretudo no Porto, na Covilhã e em Setúbal. João Franco, que no ano anterior fora bem recebido no Porto, era agora vaiado na Cidade Invicta, em Coimbra e em Lisboa.

A 6 de Junho, foi dissolvida a Câmara Municipal de Lisboa e a 20, publicada uma lei proibindo todos os escritos, desenhos ou impres-

---

<sup>8</sup> FRANCO, João, *op. cit.*, p. 119.

<sup>9</sup> PABÓN, Jesus, *op. cit.*, p. 70.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 71.

sos, atentatórios da ordem pública. Vinte e quatro jornais foram temporariamente suspensos, entre eles *O Mundo*, *O País*, *A Vanguarda*, etc.

As repressões geraram um novo surto de agitações. No Rossio, uma manifestação acabou em tragédia, com a morte de um estudante liceal e de um comerciante, com cerca de cem feridos e muitos presos. O governo, querendo culpabilizar os autores ou cúmplices, enviou mandatos de captura contra vários políticos, monárquicos e republicanos: José de Alpoim, João Paulo dos Santos, António Centeno, Moreira de Almeida, Horta e Costa, Abel de Andrade, Afonso Costa, António José de Almeida, Artur Leitão, França Borges, Magalhães Lima<sup>11</sup>.

Entretanto, os republicanos ligaram-se à recém-estruturada sociedade secreta da Carbonária. A Carbonária apareceu, em Portugal, em 1848, embora tenha tido um papel bastante apagado até finais do século XIX. Por essa altura, Artur da Luz de Almeida, com a colaboração do comissário-naval Machado dos Santos e do engenheiro António Maria da Silva, reestruturou a sociedade, fundando a Carbonária Portuguesa.

A Carbonária ligou-se à maçonaria através da loja *A Montanha*, que havia sido fundada em 1899. Machado dos Santos, que afirmara: «A Maçonaria é a mãe da Revolução», estabeleceu os contactos com a Marinha, enquanto António José de Almeida contactava com o Exército e com os movimentos anarquistas (que produziam as bombas destinadas à revolução).

A Carbonária instituiu princípios duros:

- o sigilo absoluto;
- a detenção de armas;
- a feitura de bombas;
- a execução das tarefas sem discussão.

Se António José de Almeida foi o seu político, o Directório do P. R. P. foi o seu representante oficial.

Entretanto, explodiram duas fábricas de bombas, uma na Rua de Santo António, à Estrela, e a outra na Rua do Carrião. Nesta última, morreram duas pessoas e uma terceira saiu ferida; era ela, o jornalista d'*A Vanguarda*, Aquilino Ribeiro.

Enquanto os republicanos promoviam comícios por todo o País, a Maçonaria ia dominando os meandros da política e a Carbonária incendiando o operariado.

---

<sup>11</sup> SARAIVA, José Hermano, *op. cit.*, p. 109.

Em casa do ambicioso Visconde da Ribeira Brava, em Lisboa, organizou-se uma conjura contra o regime e fez-se a aliança entre Alexandre Braga, Afonso Costa, Ribeira Brava e José de Alpoim, aos quais se juntaram Cândido dos Reis, Carlos Maia e Machado dos Santos. Preparava-se mais um ataque à Monarquia.

A 28 de Janeiro de 1908, pelas quatro da tarde, foi dado um sinal do elevador da Biblioteca para a sublevação. Os conspiradores eram republicanos e progressistas dissidentes, maçons e carbonários, civis, soldados e marinheiros. O plano era prender João Franco e levá-lo para um dos barcos de guerra ancorados no Tejo. Mas a revolta saíu derrotada, sucedendo-se as prisões de Afonso Costa, Egas Moniz, João Pinto dos Santos e Visconde da Ribeira Brava. José de Alpoim conseguiu fugir para Espanha, onde se exilou até 1910.

A 31 de Janeiro de 1908, o Ministro da Justiça, Teixeira de Abreu, apresentou ao Rei um decreto, pelo qual o governo poderia deportar os conspiradores para as colónias sem prévio julgamento judicial (este decreto foi publicado, a 1 de Fevereiro, no Diário do Governo). Diz-se que o Monarca, ao assinar o documento, terá dito: «Assino a minha sentença de morte!»<sup>12</sup>

No dia seguinte, D. Carlos abandonou Vila Viçosa, rumo a Lisboa. No Terreiro do Paço, esperavam-no os Infantes D. Manuel e D. Afonso Henriques e o ministério. Saída do comboio, a Rainha recebeu um ramo de flores — mal sabia ela que esse seria um ramo salvador. A Família Real tomou lugar no landau descoberto, que rumou para o Palácio das Necessidades. De repente, ouviu-se um estrondo e, do meio dos curiosos, saiu um homem que disparou sobre o Rei. O Príncipe Real, levantando-se, sacou de uma pistola e disparou, matando «o Costa», sendo ferido de seguida. A agitação foi total, os regicidas foram mortos *in loco* e o landau refugiou-se no Arsenal da Marinha.

○ Rei, estendido num colchão, estava morto. O Príncipe Real D. Luís Filipe (por momentos el-Rei D. Luís II) morreu sobre uma maca de lona, no Arsenal.

Ao entrar no Arsenal, a Rainha D. Maria Pia perguntou à nora: «Mon fils est mort?!», a que D. Amélia terá respondido: «Et le mien aussi». Depois, vendo João Franco, exclamou: «Obra vossa, senhor presidente!». D. Amélia, apontando para o único filho sobrevivente, que soluçava de comoção e que fora ferido num braço, dizia desanimadamente: «Eis aqui tudo o que me resta».

---

<sup>12</sup> PABÓN, Jesus, *op. cit.*, p. 73.

Sabendo da notícia, Alpoim, que estava em Salamanca, gritava «Já morreu o canalha!» Quando, seis anos depois, Raul Brandão informava que iria publicar as suas notas sobre o desgraçado dia, Alpoim respondeu-lhe:

«Não sabe nada. Só há duas pessoas em Portugal que sabem de tudo: eu e outra. Dou-lhe a minha palavra de honra... só eu e outra sabemos em que casa foi a reunião, quem a presidiu, e quem trocou a Buíça o revólver pela carabina...»<sup>13</sup>

Em Lisboa, circulou uma folha anónima, em que se lia: «Morte aos sanguinários Afonso Costa, Alpoim e Ribeira Brava, os verdadeiros assassinos do Rei e do Príncipe Real»<sup>14</sup>.

Sobre o regicídio, escreveu Raul Brandão, ter sido executado por terroristas carbonários, sob a responsabilidade política e moral que alcançou núcleos diversos da vida política portuguesa e com a solidariedade posterior, que gerou o «culto dos regicidas»<sup>15</sup>.

As autoridades mantiveram uma impressionante passividade, que chocou o Conde Arnoso e o Marquês de Lavradio entre outros, e que permitiu Bernardino Machado publicar, n' *O Século*, a 24 de Março de 1908, uma apologia ao regicídio. Outros jornais iam anunciando o acto como se de um assassinio de Alfama ou da Mouraria se tratasse.

No Brasil, Ramalho Ortigão publicou, em 1908, um artigo intitulado «D. Carlos, o Martyrizado», onde elogia o grande monarca e português que foi o Senhor D. Carlos de Bragança. Carlos Ramos, por seu turno, ia lançando um apelo, em forma de desabafo:

«A memória do Rei há-de ser reabilitada».

O reinado de D. Carlos I foi marcado por uma série de sucessos políticos e diplomáticos. Não só o monarca português era admirado em terras estrangeiras, como era ouvido e consultado em ocasiões fulcrais.

As colónias foram pacificadas durante este reinado, o que causou espanto por parte de autoridades estrangeiras. Quando o Príncipe Real, D. Luís Filipe, fez a sua viagem às Províncias Ultramarinas, foi recebido vitoriosamente pelos súbditos portugueses, fossem eles de cor branca, fossem de cor negra<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Idem, p. 75.

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>15</sup> BRANDÃO, Raúl — *Memórias II*, p. 199.

<sup>16</sup> LAVRADIO, Marquês de — *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, cap. III.

Entre 1903 e 1905, passaram por Lisboa diversas cabeças coroadas europeias e chefes de Estado; em Abril de 1903, foi Eduardo VII de Inglaterra, a caminho da conferência com o seu sobrinho, o Kaiser. Em Dezembro seguinte, era a vez de Afonso XIII de Espanha, que esteve na capital e em Vila Viçosa. Durante o ano de 1905, vieram a Lisboa os Duques de Connaught (Janeiro), a Rainha Alexandra de Inglaterra e o Príncipe Carlos da Dinamarca (Março), o Kaiser Guilherme V da Alemanha (também em Março) e o Presidente da República Francesa, Loubet (Outubro). Foi o sucesso realizado da política diplomática do monarca português<sup>17</sup>.

### **O crepúsculo da monarquia (1908-1910)**

Segundo uma tradição da Casa Real Portuguesa, a fava do bolo-rei de Natal pertencia ao herdeiro do Trono; no Natal de 1907, calhando a fava ao Príncipe Real D. Luís Filipe, este logo se apressou em passá-la, às escondidas, para o prato do Infante D. Manuel; apanhando-o em flagrante; D. Manuel terá dito:

«Que mania que o mano tem que eu vou ser Rei!»

Um mês depois era-o de facto...

No dia a seguir ao regicídio, D. Manuel II reuniu-se com o seu Conselho de Estado, onde se decidiu pela dissolução do governo de João Franco. Este, acusado de cúmplice do regicídio<sup>18</sup> seguiu o caminho do exílio (5 de Fevereiro de 1908). Ao sair do Conselho, ter-lhe-á perguntado a Duquesa de Palmela:

«Mas, assim, isto é o fim da Monarquia, não João Franco?»<sup>19</sup>.

O novo presidente do Conselho foi escolhido por José Luciano de Castro, recebendo o apoio de Júlio de Vilhena. A 2 de Fevereiro, D. Manuel nomeava o extra-partidário almirante Ferreira do Amaral, que devia corrigir a ditadura, voltando ao que a provocara.

O ministério de Ferreira do Amaral tentou estabelecer tréguas entre os meios políticos e sociais e sossegar a opinião pública. Para isso,

---

<sup>17</sup> ZÛQUETE — Afonso, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, pp. 136-137.

<sup>18</sup> João Franco defender-se-ia nas explicações do livro «Cartas d'El-Rei D. Carlos...»

<sup>19</sup> PABÓN, Jesus, *op. cit.*, p. 79.

mandou libertar todos os conspiradores da intentona de 28 de Janeiro, sem qualquer julgamento prévio; depois, permitiu o regresso dos exilados, entre os quais José de Alpoim. Consentiu, também, a homenagem pública aos regicidas (o Conde de Arnoso chamar-lhe-ia «vergonhosa e vil peregrinação ao cemitério», enquanto Guerra Junqueiro ia dizendo descobrir a cabeça diante dos túmulos dos assassinos do Rei e do Príncipe Real<sup>20</sup>). Ferreira do Amaral anulou, de seguida, as medidas do governo anterior mais contestadas e completou a liquidação da questão dos Adiantamentos à Casa Real, com um desconto de 50% dos vencimentos do Rei e com a entrega dos Palácios de Caxias, Queluz e Belém. Por fim, apontou as eleições para o dia 5 de Abril, conforme João Franco havia planeado.

Entretanto, o jornal *O Mundo* fez uma subscrição pública para ajudar os filhos dos regicidas e promoveu autênticas romagens às suas campas...

As eleições de 5 de Abril de 1908 deram sete deputados ao P. R. P. (4 por Lisboa, 2 por Setúbal e 1 por Aljustrel). Mas o acto eleitoral não foi pacífico: os confrontos entre os eleitores de S. Domingos (Lisboa) e a Guarda Municipal causaram 14 mortos e cerca de 100 feridos. Pouco depois, João Chagas escrevia, numa clara análise do panorama nacional: «Que importa a província!, que importa e significa o Porto! A República a faremos depois por telégrafo»<sup>21</sup>.

A 29 de Abril abriram as Cortes, entre manifestações populares ao Rei. D. Manuel irradiava simpatia, pelo que não conseguiram pegar por ele; em vez disso, os republicanos atacaram a Igreja. As manifestações organizadas pela Junta Liberal, instituição paramaçónica, eram anticlericais; contavam com a participação de Miguel Bombarda, Costa Ferreira, Egas Moniz e Cândido dos Reis e tinham por missão a propagação dos ideais republicanos, liberais e progressistas.

As eleições municipais de 1 de Novembro de 1908 ganharam para o republicanismo a Câmara Municipal de Lisboa e ainda algumas outras do vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve. No Parlamento, Brito Camacho retomava a questão dos Adiantamentos, enquanto Afonso Costa ia gritando: «Nunca mais se permitirá o roubo, o roubo audaz e impune»<sup>22</sup>. Ofendido, o Conde de Penha Garcia desafiou o seu republicano opositor para um duelo, do qual Afonso Costa saiu ferido; logo aproveitou o caso para armar manifestações em sua honra e para fazer aumentar as

---

<sup>20</sup> Idem, p. 81.

<sup>21</sup> PABÓN, Jesus, *op. cit.*, p. 83.

<sup>22</sup> Idem, p. 84.

dissidências regeneradoras. A 7 de Dezembro, Júlio de Vilhena retirou o seu apoio ao Governo, ambicionando a presidência de ministério. E a 25 caía Ferreira do Amaral, sendo substituído por Campos Henriques.

Campos Henriques mandou fundar uma Liga Monárquica em Lisboa e traçou um plano militar para sufocar as hipotéticas revoltas, que se iam forjando. José Luciano de Castro ia dizendo: «Se não me engano, a Revolução ameaça-nos de perto»<sup>23</sup>.

Num último esforço de recuperação da Monarquia, D. Manuel entrevistou-se com Afonso XIII, durante a visita deste a Vila Viçosa (10 de Fevereiro de 1909); e o Conde de Arnoso clamava na Câmara dos Pares pelo inquérito rigoroso ao regicídio.

O mês de Março de 1909 foi rico em motins, destacando-se os dos vinhateiros, em toda a região duriense, fruto da crise comercial que atingia o sector vinícola.

Entre 24 e 25 de Abril, deu-se o Congresso do P. R. P., em Setúbal, no qual foi eleito um novo directório (Teófilo Braga, Basílio Teles, José Relvas, Eusébio Lucas e Cupertino Ribeiro), cuja primeira missão era fazer imediatamente a revolução. Elegeu-se, também, um comité revolucionário, com João Chagas, Afonso Costa, António José de Almeida e Cândido dos Reis.

À Carbonária coube a maior actividade revolucionária; não só conseguiu captar o apoio de importantes militares, como também fez a recolha de dinheiros, como o pretexto cultural, mas canalizados para a compra de armas. António José de Almeida chegou a alegar doenças para viajar até ao estrangeiro, onde comprou armas. Em 1909, Manuel Nunes Pedro apareceu morto na Boca do Inferno, em Cascais; era procurado pela Polícia e pela Carbonária por tráfico de armas.

A Carbonária serviu a causa republicana e o P. R. P., constituindo o seu grande apoio e alavanca. Em Outubro de 1909, contava 34000 filiados por todo o País; só em Lisboa eram 8000-10000 pessoas. Entre os filiados, contavam-se o eng. António Maria da Silva e o contra-almirante Cândido dos Reis.

Após o Congresso do P. R. P., em Setúbal, iniciou-se uma série de diligências ao estrangeiro, de forma a recolher apoios para o republicanismo. Óscar de Araújo envenenava um hipotético casamento real britânico, enquanto João Chagas ia caluniando o Rei escrevendo, em *Cartas Políticas*, recados às hipotéticas noivas: «Dom Manuel é um péssimo partido»<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> idem, p. 91.

<sup>24</sup> PABÓN, Jesus, *op. cit.*, p. 92.

No dia 1 de Janeiro de 1910, o P. R. P. reunia 167 agremiações. Numa carta, José Luciano escreveu, advertindo que o P. R. P. elegia deputados (14 nas eleições de 28 de Agosto de 1910), tomava posições dominantes na Câmara Municipal de Lisboa e na grande maioria das juntas paroquiais lisboetas (22 juntas foram ganhas em 23 de Novembro de 1909), elegia o presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa (Consiglieri Pedroso foi eleito em Julho de 1909) e promovia manifestações públicas de rua (greves em todo o País, sobretudo em Setúbal e entre os corticeiros do Alentejo e do Algarve)<sup>25</sup>.

A 14 de Maio de 1909, foi inaugurado um novo governo, agora presidido pelo extrapartidário Venceslau de Lima. D. Manuel, ciente das realidades, escreveu ao seu novo presidente de ministério: «O Partido Republicano avança a passos largos para uma aventura revolucionária... Nesse movimento (parlamentar) estiveram confundidos republicanos e dissidentes»<sup>26</sup>.

Face às pressões, também este governo caiu, sendo substituído, a 22 de Dezembro, pelo de Veiga Beirão, que enfrentou dois grandes escândalos:

- o caso Hinton (um inglês que era dono de uma fábrica de açúcar e de álcool na Madeira, que queria uma indemnização; Afonso Costa voltou a atacar a monarquia);
- o caso do Crédito Predial (em que alguns empregados cometeram fraudes; o seu presidente, José Luciano de Castro, foi acusado de conivência).

A 26 de Junho subiu um novo ministério, a cargo de Teixeira de Sousa, que seria o último do reinado de D. Manuel II. Intitulando-se como um «Ministério de Combate», propôs dois métodos de actuação: ou combatia o republicanismo através de medidas liberais, ou combatia-o através da força pública. A linha seguida foi a primeira, tendo sido um governo de prática política liberal, anticlerical e condescendente para com as oposições.

As eleições de 24 de Agosto apresentavam três candidaturas:

- a governamental, que obteve 57 deputados;
- a de oposição (os monárquicos progressistas, e regeneradores henriquistas e franquistas), com 45 deputados;
- a republicana, que conseguiu 14 deputados.

---

<sup>25</sup> ZÛQUETE, Afonso, *op. cit.*, p. 164.

<sup>26</sup> PABÓN, Jesus, *op. cit.*, p. 93.

A 3 de Outubro de 1910 foi assassinado o dr. Miguel Bombarda, o que provocou manifestações de indignação, que colocaram a revolução em perigo.

Na madrugada do 4, os oficiais de carreira, o capitão Sá Cardoso e os tenentes Hélder Ribeiro e Aragão e Mello, desrespeitando o juramento, organizaram o último plano revolucionário, que previa três ataques simultâneos:

- o ataque às Necessidades, onde o Rei deveria ser preso;
- o ataque ao Quartel General;
- o ataque ao Quartel do Carmo, sede da Guarda Municipal.

Os conspiradores constituíam-se de pequenos grupos de oficiais e de sargentos, apoiando-se em civis e carbonários. Às primeiras horas do dia 4, dever-se-ia ocupar os quartéis e atrair as tropas, enquanto Cândido dos Reis ia levantando os marinheiros dos cruzadores S. Rafael e Adamastor; só o D. Carlos — o mais importante da nossa frota — foi de mais difícil adesão.

Os quartéis de Artilharia 1, Infantaria 16 e de Marinheiros de Alcântara sublevaram-se, mas os restantes quartéis mantiveram-se fiéis à Monarquia. O ataque às Necessidades teve de recuar, enquanto o Rei saía ileso.

Desiludido, Cândido dos Reis suicidou-se na madrugada de 4 de Outubro, enquanto todos se iam reunindo na Rotunda. Tudo parecia perdido às 6 da manhã, tendo causado grande desânimo as notícias da morte do contra-almirante.

Os oficiais debandavam, ficando Machado dos Santos, alguns sargentos e uma centena de soldados e civis armados. António José de Almeida juntou-se aos da Rotunda, entregando armas e dizendo: «Isto não é para julgar. Isto é para matar»<sup>27</sup>.

Na manhã do dia 4, juntaram-se muitos carbonários e soldados desertores. O comando era difícil e invisível. As saídas dos quartéis eram saudadas com bombas. Os apoios cresceram e, à noite, a Rotunda parecia já um arraial, com mais de 1500 pessoas, plenas de um espírito vencedor.

O Paço foi bombardeado, pelo que o Rei se retirou para Mafra, de onde seguiu para a Ericeira e daí para Londres. De assinalar é o imenso esforço de alguns monárquicos, que em dias difíceis se mantiveram fiéis

---

<sup>27</sup> PABÓN, Jesus, *op. cit.*, p. 26.

à tradição e ao seu Rei. Valorosamente, lutaram pela Monarquia, seguindo os seus líderes, como o capitão Henrique de Paiva Couceiro, «cujo nome ficou para sempre ligado à defesa do regime»<sup>28</sup>.

Durante a manhã de 5 de Outubro, os alemães pediram um armistício, para fazer retirar o corpo diplomático acreditado em Lisboa e todos os estrangeiros que quisessem embarcar.

Quando amanheceu o dia 5, os monárquicos já só dominavam os quartéis. Na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, foi proclamada a República Portuguesa, formando-se um Governo Provisório constituído por Teófilo Braga (o seu presidente), António José de Almeida, Afonso Costa, Basílio Teles, Bernardino Machado, António Luís Gomes Correia Barreto e Azevedo Gomes.

No dia 26, proclamava-se a República no restante País.

Era a Desordem...

---

<sup>28</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo — D. Manuel II (1889-1932. O Rei e o Homem à Luz da História. Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, p. 57.

## BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Raúl — *Memórias II*, Lisboa.
- FRANCO, João — *Cartas d'El Rei D. Carlos a João Franco Castello-Branco seu último Presidente do Conselho*, Livraria Aillaud e Bertrand, 1924.
- LAVRADIO, Marquês de — *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947.
- MACEDO, Jorge de — «República em Portugal (Implantação da)», *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, 1965, vol. 16.
- MACEDO, Jorge de — «Republicano Português (Partido)», *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, 1965, vol. 16.
- ORTIGÃO, Ramalho — *Rei D. Carlos, O Martyrisado*, Lisboa, Typographia A Editora, 1908.
- PABÓN, Jesus — *La Revolución Portuguesa (de Don Carlos a Sidónio Paes)*, Madrid, Espasa-Calpe, S. A., 1941.
- SARAIVA, José Hermano — *História de Portugal*, Lisboa, Edições Alfa, 1986, vol. VI.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo — D. Manuel II (1889-1932). *O Rei e o Homem à Luz da História*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.
- VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*, Lisboa, Dom Quixote, 1976.
- ZÛQUETE, Dr. Afonso — *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia L.<sup>da</sup>, 1960, vol. II.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, 1965.
- História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

História Contemporânea de Portugal  
História, Variante de Arte  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

